

Relatório Anual 2018

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar –Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre- RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais -
Sicredi Sul Minas RS/MG
Estação - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG
CNPJ/MF nº 87.784.088/0001-68

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	271.619	252.830	CIRCULANTE	141.207	130.926
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	1.717	1.326	DEPÓSITOS (NOTA 11)	42.914	31.467
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	102.172	100.945	Depósitos à Vista	33.379	23.345
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	4	Depósitos a Prazo	9.535	8.122
Correspondentes no país	7	13	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	80.159	81.930
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	102.165	100.928	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	1
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	157.680	142.963	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	80.159	81.929
Operações de Crédito	164.877	150.164	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	480	604
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(7.197)	(7.201)	Recursos em Trânsito de Terceiros	480	604
OUTROS CRÉDITOS	9.278	7.114	OUTRAS OBRIGAÇÕES	17.654	16.925
Créditos por Avals e Fianças Honrados (NOTA 06)	93	215	Cobrança e Arrecadação de Tributos	114	74
Rendas a Receber	967	738	Sociais e Estatutárias	2.791	1.940
Créditos Específicos	344	323	Fiscais e Previdenciárias	649	565
Diversos (NOTA 06 e 07)	8.357	6.404	Diversas (NOTA 13)	14.100	14.346
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(483)	(566)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	772	482			
Outros Valores e Bens	775	523			
(Provisão para desvalorização)	(21)	(58)			
Despesas Antecipadas	18	17			
NÃO CIRCULANTE	115.582	77.915	NÃO CIRCULANTE	135.844	100.170
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	18.021	1.486	DEPÓSITOS (NOTA 11)	129.345	99.995
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	18.021	1.486	Depósitos Interfinanceiros	4.423	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	73.710	55.791	Depósitos a Prazo	124.922	99.995
Operações de Crédito	81.093	63.511	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	299	175
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(7.383)	(7.720)	Repasse Interfinanceiros	299	175
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 06 e 07)	3	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 13)	6.200	-
Diversos	3	-	Diversas	6.200	-
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	12.826	12.073			
Outros Investimentos	12.826	12.073	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	110.150	99.649
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	9.081	7.000	CAPITAL SOCIAL (NOTA 15)	46.462	46.108
Imóveis de Uso	4.731	4.731	De Domiciliados no País	46.473	46.112
Outras Imobilizações de Uso	7.877	5.426	(Capital a Realizar)	(11)	(4)
(Depreciação acumulada)	(3.527)	(3.157)	RESERVAS DE SOBRAS	60.011	45.702
INTANGÍVEL (NOTA 10)	1.941	1.565	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	3.677	7.839
Outros Ativos Intangíveis	3.892	3.120			
(Amortização acumulada)	(1.951)	(1.555)			
TOTAL DO ATIVO	387.201	330.745	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	387.201	330.745

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG
CNPJ/MF nº 87.784.088/0001-68

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20.887	-	20.887	41.727	-	41.727	41.866	-	41.866
Operações de Crédito	20.696	-	20.696	41.473	-	41.473	41.731	-	41.731
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	190	-	190	237	-	237	135	-	135
Resultado das Aplicações Compulsórias	1	-	1	17	-	17	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(8.148)	(21)	(8.169)	(15.159)	(32)	(15.191)	(19.393)	(438)	(19.831)
Operações de Captação no Mercado	(3.797)	(21)	(3.818)	(7.227)	(32)	(7.259)	(10.394)	(17)	(10.411)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.873)	-	(1.873)	(4.321)	-	(4.321)	(5.012)	(421)	(5.433)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.478)	-	(2.478)	(3.611)	-	(3.611)	(3.987)	-	(3.987)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12.739	(21)	12.718	26.568	(32)	26.536	22.473	(438)	22.035
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(6.650)	2.026	(4.624)	(11.728)	3.719	(8.009)	(5.870)	2.753	(3.117)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.650	3.388	5.038	3.271	6.352	9.623	3.006	4.854	7.860
Rendas de Tarifas Bancárias	1.153	-	1.153	2.325	-	2.325	2.345	-	2.345
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(7.180)	(775)	(7.955)	(13.614)	(1.331)	(14.945)	(12.427)	(1.057)	(13.484)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	(4.868)	(544)	(5.412)	(8.686)	(969)	(9.655)	(6.810)	(675)	(7.485)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(15)	(145)	(160)	(48)	(273)	(321)	(39)	(196)	(235)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 19)	6.045	343	6.388	11.735	366	12.101	14.012	158	14.170
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	(3.435)	(241)	(3.676)	(6.711)	(426)	(7.137)	(5.957)	(331)	(6.288)
RESULTADO OPERACIONAL	6.089	2.005	8.094	14.840	3.687	18.527	16.603	2.315	18.918
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(8)	(3)	(11)	(84)	(3)	(87)	(109)	(2)	(111)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.081	2.002	8.083	14.756	3.684	18.440	16.494	2.313	18.807
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	273	273	-	290	290	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	166	166	-	192	192	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	107	107	-	98	98	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	6.081	2.275	8.356	14.756	3.974	18.730	16.494	2.313	18.807
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.974	(3.974)	-	2.313	(2.313)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	6.081	2.275	8.356	18.730	-	18.730	18.807	-	18.807
REVERSÃO DE OUTRAS RESERVAS	-	-	-	450	-	450	-	-	-
DESTINAÇÕES	-	-	-	(15.503)	-	(15.503)	(10.968)	-	(10.968)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.859)	-	(2.859)	(2.621)	-	(2.621)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.471)	-	(1.471)	(784)	-	(784)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(9.562)	-	(9.562)	(7.054)	-	(7.054)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.611)	-	(1.611)	(509)	-	(509)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	3.677	-	3.677	7.839	-	7.839

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG

CNPJ/MF nº 87.784.088/0001-68

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	39.662	37.139	-	7.634	84.435
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	4.085	-	-	(5.826)	(1.741)
Destinações para reservas	-	1.000	-	(1.000)	-
Outras destinações	-	-	-	(808)	(808)
Capital de associados					
Aumento de capital	1.703	-	-	-	1.703
Baixas de capital	(1.915)	-	-	-	(1.915)
Resultado do período	-	-	-	18.807	18.807
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(784)	(784)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.054	-	(7.054)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.573	-	-	(2.621)	(48)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	509	-	(509)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	46.108	45.702	-	7.839	99.649
Mutações do Período	6.446	8.563	-	205	15.214
Saldos no início do período em 01/01/2018	46.108	45.702	-	7.839	99.649
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(3.206)	(3.206)
Destinações para reservas	-	3.136	450	(3.586)	-
Outras destinações	-	-	-	(1.047)	(1.047)
Capital de associados					
Aumento de capital	403	-	-	-	403
Baixas de capital	(2.860)	-	-	-	(2.860)
Reversões de reservas	-	-	(450)	450	-
Resultado do período	-	-	-	18.730	18.730
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.471)	(1.471)
Reserva Legal - Estatutária	-	9.562	-	(9.562)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.811	-	-	(2.859)	(48)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.611	-	(1.611)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	46.462	60.011	-	3.677	110.150
Mutações do Período	354	14.309	-	(4.162)	10.501
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	44.938	48.838	450	10.374	104.600
Capital de associados					
Aumento de capital	163	-	-	-	163
Baixas de capital	(1.450)	-	-	-	(1.450)
Reversões de reservas	-	-	(450)	450	-
Resultado do período	-	-	-	8.356	8.356
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.471)	(1.471)
Reserva Legal - Estatutária	-	9.562	-	(9.562)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.811	-	-	(2.859)	(48)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.611	-	(1.611)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	46.462	60.011	-	3.677	110.150
Mutações do Período	1.524	11.173	(450)	(6.697)	5.550

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG
CNPJ/MF nº 87.784.088/0001-68

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	7.036	18.243	19.758
Resultado do semestre/exercício	8.356	18.730	18.807
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(1.320)	(487)	951
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(214)	(341)	392
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(37)	(37)	52
(Reversão) para desvalorização de outros créditos	(227)	(83)	(263)
Depreciação do imobilizado de uso	449	864	790
Amortização do intangível	208	395	386
Baixas do ativo permanente	34	35	25
Provisão para passivos contingentes	43	137	177
Destinações ao FATES	(1.471)	(1.471)	(784)
Dividendos SicrediPar	(105)	14	176
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	3.682	(5.354)	(2.481)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(16.488)	(16.535)	(68)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	835	4	(4)
Redução em créditos vinculados	149	-	-
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(7)	6	(10)
(Aumento) em operações de crédito	(59.491)	(32.295)	(15.210)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	50.976	(1.648)	3.749
(Aumento) em outros créditos	(918)	(2.098)	(1.472)
(Aumento) em outros valores e bens	(70)	(253)	(374)
Aumento em depósitos	28.770	40.797	10.776
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	322	(124)	316
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(4.615)	-	(3.756)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(959)	(1.798)	(1.344)
Aumento em outras obrigações	5.178	8.590	4.916
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	10.718	12.889	17.277
Aquisição de Investimentos	-	(753)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.132)	(2.979)	(510)
Aplicações no Intangível	(270)	(771)	(403)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.402)	(4.503)	(913)
Integralização de capital	163	403	1.703
Baixa de capital	(1.450)	(2.860)	(1.915)
Juros ao capital próprio	(48)	(48)	(48)
Distribuição de Sobras	-	(4.253)	(2.549)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.335)	(6.758)	(2.809)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	7.981	1.628	13.555
Caixa e equivalente de caixa no início do período	95.901	102.254	88.699
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	103.882	103.882	102.254

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 13/05/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 06 de fevereiro de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	1.717	1.326
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	102.165	100.928
Total	103.882	102.254

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	18.021	1.486
DI entre Banco e Cooperativas	15.731	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.290	1.486
Total não circulante	18.021	1.486

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	62.770	65.884	128.654	109.092
Financiamentos	12.462	9.246	21.708	19.535
Financiamentos rurais e agroindustriais	89.645	5.963	95.608	85.048
Carteira total	164.877	81.093	245.970	213.675

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	93	-	93	215
Devedores por compra de valores e bens	4	3	7	-
Títulos e créditos a receber (i)	6.334	-	6.334	4.148
Total	6.431	3	6.434	4.363

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível A	0,50	78.951	82.335	395	412
Nível B	1,00	101.228	82.974	1.012	830
Nível C	3,00	38.973	19.129	1.169	574
Nível D	10,00	15.585	13.502	1.559	1.350
Nível E	30,00	7.584	7.518	2.275	2.255
Nível F	50,00	2.143	3.838	1.072	1.919
Nível G	70,00	2.343	3.096	1.640	2.167
Nível H	100,00	5.597	5.646	5.597	5.646
Total (i)		252.404	218.038	14.719	15.153

(i) Em 31 de dezembro de 2018 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 344 (2017 - R\$ 334).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2018			Total da Carteira	2017
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.263	14.117	29.789	46.183	91.352	71.714
Rural	34	9.841	79.770	5.963	95.608	85.048
Industrial	4	4.111	5.224	6.438	15.777	19.341
Comércio	504	4.081	14.438	14.370	33.393	28.650
Outros Serviços	404	3.633	4.095	8.142	16.274	13.285
Total	2.209	35.783	133.316	81.096	252.404	218.038

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	41.202	16,32	42.799	19,63
50 devedores seguintes	57.481	22,77	46.444	21,30
100 devedores seguintes	47.026	18,63	35.316	16,20
Demais	106.695	42,28	93.479	42,87
Total	252.404	100	218.038	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	15.487	15.358
Constituição de provisão	3.611	3.987
Movimentação de baixados para prejuízo	(4.035)	(3.858)
Saldo final	15.063	15.487

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.934 (2017 - R\$ 1.341), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 5.347 (2017 - R\$ 6.014).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	38	47
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	212	876
Devedores por compra de valores e bens	4	-
Devedores por depósitos em garantia	47	10
Impostos e contribuições a compensar	423	245
Títulos e créditos a receber	6.334	4.148
Cotas de consórcio	1.075	992
Devedores por convênios	2	8
Operações com cartões	160	12
Pendências a regularizar	6	19
Outros	56	47
Total Circulante	8.357	6.404

Devedores por compra de valores e bens	3	-
Total não circulante	3	-

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	775	523
Imóveis	734	140
Veículos e afins	35	377
Bens em regime especial	6	6
Despesas antecipadas	18	17
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(21)	(58)
Total Circulante	772	482

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 21 (2017 - R\$ 58) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	6.325	5.572
Sicredi Participações S.A.	6.500	6.500
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	12.826	12.073

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	2.108.803 ON 4.391.028 PN	2.108.803 ON 4.391.028 PN	1 Quotas	1 Quotas	6.325.087 Quotas	5.572.142 Quotas
Percentual de participação	0,74%	0,74%	0,62%	0,61%	1,65%	1,59%
Capital social	880.597	874.847	164	164	383.377	351.047
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	393.914	361.565
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	6.500	6.500	1	1	6.325	5.572

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	12.608	(3.527)	9.081	7.000
Imobilizações em curso	-	1.902	-	1.902	83
Terrenos	-	17	-	17	16
Edificações	4%	4.714	(612)	4.102	4.295
Instalações	10%	1.439	(813)	626	783
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.148	(822)	1.326	1.024
Sistema de comunicação	10%	68	(25)	43	31
Sistema de processamento de dados	20%	1.606	(825)	781	577
Sistema de segurança	10%	336	(99)	237	83
Sistema de transporte	20%	378	(331)	47	108
Intangível (i)		3.892	(1.951)	1.941	1.565
Investimentos Confederação		3.892	(1.951)	1.941	1.565
Total		16.500	(5.478)	11.022	8.565

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018			2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	33.379	-	-	33.379
Depósitos Interfinanceiros	-	-	4.423	4.423
Depósitos a prazo	3.412	6.123	124.922	134.457
Total	36.791	6.123	129.345	172.259

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	80.159	81.929
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	80.159	81.929
Total circulante	80.159	81.929

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	299	175
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	299	175
Total não circulante	299	175

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/11/2020, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017 (Reapresentado)
Cheques administrativos	150	2.876
Obrigações por convênios oficiais	2	1
Provisão para pagamentos a efetuar	3.612	3.225
Provisão para passivos contingentes (Nota 14)	334	197
Outras Contingências	1	2
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.677	2.760
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Cooperativas (ii)	400	-
Pendências a regularizar	48	277
Operações com cartões	6.348	4.085
Demais fornecedores	279	312
Cretores diversos	249	611
Total circulante	14.100	14.346
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Cooperativas (ii)	6.200	-
Total não circulante	6.200	-

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de letra financeira emitidas com cláusula de subordinação firmados em outubro de 2017 com vencimento em janeiro de 2025 com o objetivo de ampliar o patrimônio de referência da cooperativa.

NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	182	374	(232)	324
Cível	15	10	(15)	10
Total	197	384	(247)	334

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	324	182
Cível	Provável	10	15
Total		334	197

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 90; R\$ 11 e R\$ 73 (2017 - R\$ 120, R\$ 63 e R\$ 73), respectivamente.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	46.462	46.108
Total de associados	19.389	18.569

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 354 (2017 – R\$ 6.446), sendo R\$ 2.811 (2017 – R\$ 6.658) via integralização de resultados e R\$ 403 (2017 – R\$ 1.703), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.860 (2017 – R\$ 1.915).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,37% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.859, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 10% para o FATES.

NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	18.440	18.807
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(7.745)	(7.899)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	5	-
Provisão resgate de milhas cartão	17	11
Provisão PPR	(1)	18
Receita com atos cooperativos	6.198	6.927
Juros sobre capital próprio	1.201	1.101
Outros	615	(158)
Subtotal	8.035	7.899
IRPJ e CSLL registrados no resultado	290	-

NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	18.021	1.486
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	102.165	100.928
Outros Créditos - Rendas a receber	760	577
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	187	640
Investimentos (Nota 09)	12.826	12.073
Intangível (Nota 10)	1.941	1.565
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	80.458	82.104
Outras Obrigações - Diversas (Nota 13)	6.488	4.099
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	237	135
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	5.063	4.008
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 19)	7.314	11.210
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	4.321	5.433
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 18)	328	287
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 20)	3.126	3.023

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	263	0,79%	73
Depósitos a prazo	1.201	0,89%	461
Operações de crédito	4.751	1,93%	3.886

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	2.222	2.278

NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	261	225
Despesa de aluguéis	580	517
Despesa de comunicação	546	479
Despesa de manutenção e conservação	700	670
Despesa de material	132	104
Despesa processamento dados	194	130
Despesa de promoções e relações públicas	806	299
Despesa de propaganda e publicidade	104	88
Despesa de seguro	49	38
Despesa de serviços do sistema financeiro	571	540
Despesa de serviços de terceiros	184	331
Despesa de serviços de vigilância e segurança	681	618
Despesa de serviços de técnicos especializados	396	390
Despesa de serviços de transportes	359	333
Despesa de viagem	78	42
Despesa de depreciação	864	790
Outras despesas administrativas	3.150	1.891
Total	9.655	7.485

NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	554	718
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	6.921	10.711
Reversão de provisões operacionais	2.452	1.183
Outras rendas operacionais	2.174	1.558
Total	12.101	14.170

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	276	667
Contribuições Cooperativistas	118	97
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	124	125
Contribuição Confederação Sicredi	2.383	2.069
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	288	319
Encargos da administração financeira	46	60
Repasso administradora de Cartões	107	193
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	395	386
Outras provisões operacionais	2.344	1.265
Outras despesas operacionais	1.056	1.107
Total	7.137	6.288

NOTA 21 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	99.353	80.643
Coobrigações em cessões de crédito	49	56
Total	99.402	80.699

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 22 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós/Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 23 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	114.809	98.585
Nível I (NI)	108.209	98.585
Capital principal - CP	108.209	98.585
Capital social	46.462	46.108
Reservas de capital	60.011	45.702
Lucros acumulados	3.677	7.839
Ajustes Prudenciais	(1.941)	(1.064)
Nível II (NII)	6.600	-
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	6.600	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	390.127	320.741
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	763	405
Margem de Capital (i)	73.188	64.503
Índice de Basileia (PR / RWA)	29,50%	30,74%
Situação de Imobilização (Imob)	9.081	7.502
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,91%	7,61%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 24 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Roberto Luis Frumi
Diretor Executivo
CPF: 911.954.380-87

Tomas Pontin
Diretor de Operações
CPF: 887.801.710-87

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20